

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA REALIDADE: REALIZAÇÃO DO FILME DOCUMENTAL HOJE, ENFOCANDO VOCAÇÃO DO PODER – AS PRÁTICAS POLÍTICAS E AS IMAGENS DOS JOVENS POLÍTICOS.

VOCAÇÃO DO PODER – ENTRE A NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E A REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE

Aluna: Heloneida da Matta
Orientadora: Angeluccia Habert

Introdução

Na tentativa de teorizar o cinema documental, muitos já disseram que o documentário é uma representação da realidade. *Vocação do Poder*, dirigido por Eduardo Scorel e José Joffily, vai além dessa definição. Ao narrar os bastidores da campanha de seis candidatos que disputam uma vaga na Câmara de Vereadores do Rio, o documentário abre espaço para se pensar o modo como o cinema capta o mundo real, além de problematizar a noção de representação política.

Representação no documentário – etimologia e modos de produção documental

Dizer que um documentário reúne múltiplas formas de representação, a princípio, não é muito objetivo. Como adverte a cientista política Hanna Fenichel Pitkin, a palavra ‘representação’ tem um sentido amplo:

“O conceito de representação é um caso instrutivo porque seu significado é altamente complexo e, desde muito cedo na história dessa família de palavras, tem sido altamente abstrato. A representação é, em grande medida, um fenômeno cultural e político, um fenômeno humano.”¹

Por outro lado, em se tratando de *Vocação do Poder*, sabemos de antemão que a expressão se associa tanto ao campo visual quanto político. Primeiro por fazer referência à produção de imagens para a realização de um filme, e segundo porque a temática do documentário gira em torno do resultado das eleições municipais do Rio de Janeiro, em 2004.

De fato, ainda que os primeiros filmes documentais tenham surgido apenas no final do século XIX, antes mesmo do nascimento do cinema a palavra ‘representação’ já estava relacionada à questão da imagem, como é possível verificar no estudo etimológico *Representações: palavras, instituições e ideias*, de Hanna Pitkin.

Segundo Hanna, no latim clássico, o termo ‘*repraesentare*’ significa ‘*tornar presente uma abstração em um objeto ou por meio dele*’². Por volta dos séculos XIII e XI, o papa e os cardeais representavam a imagem de Cristo e dos apóstolos. Da mesma forma, no século XIII, um magistrado representa a imagem de todo o Estado.

No francês, a palavra ‘*représenter*’ era usada para falar de imagens e objetos inanimados que encarnam abstrações. Na língua inglesa, o adjetivo ‘*representative*’ é sinônimo de representar, figurar, retratar ou simbolizar. Com a chegada do século XV, o

¹ PITKIN, Hanna Feichel. *Representação: Palavras, Instituições e Ideias*. Lua Nova, São Paulo. P.16

² Id. Ibid., P.17

verbo representar passa a significar também retratar, figurar ou delinear. Aparece também o substantivo ‘representação’ para imagem, figura ou pintura.

Hanna sintetiza os empregos iniciais da palavra ‘representação’:

“Em primeiro lugar, a representação pode ser objeto inanimado ou uma imagem substituindo um ser humano. Em segundo lugar, representar é uma atividade humana, mas não um agir para outros; é a atividade de apresentar, de figurar, de pintar um quadro ou encenar uma peça. Até o século XVI não se encontra um exemplo de representar com o significado de tomar ou ocupar o lugar de uma pessoa, substituir e até 1595 não há um exemplo de representar como atuar para alguém como seu agente autorizado ou deputado.”³

Porém, como o “o cinema começou por ser documentário e o documentário por ser cinematográfico,”⁴ convém abandonar a historiografia da palavra representação para analisar de que maneira os filmes documentais re-produzem a realidade, dando ênfase ao filme *Vocação do Poder*.

A classificação escolhida é proposta pelo teórico Bill Nichols, que identifica seis modos diferentes de o documentário reproduzir a realidade. São eles: poético, expositivo, observativo, participativo, reflexivo e performático. Referente aos anos 20, os documentários poéticos agrupam fragmentos do mundo de forma pouco convencional. Já os documentários expositivos trabalham diretamente com questões do mundo histórico.

Destaque dos anos 60, os documentários participativos marcam a interação do diretor com as pessoas filmadas, sobretudo, por meio de entrevistas. Os documentários reflexivos, nos anos 80, chamam à atenção para as convenções que regem o próprio ato de filmar. Enquanto os documentários performáticos enfatizam o aspecto subjetivo do cineasta com seu tema.

Apesar de fazer distinção entre eles, Nichols ressalta que a maneira predominante de fazer um documentário não exclui a presença dos demais modos em um mesmo filme:

“As características de um dado modo funcionam como dominantes num dado filme: elas dão estrutura ao todo do filme, mas não ditam ou determinam todos os aspectos de sua organização. Resta uma considerável margem de liberdade.”⁵

Em *Vocação do Poder*, Escorel e Joffily assumem a condição de observadores e participantes na construção do filme. Ao atualizarem a experiência da câmera de 16mm e dos gravadores magnéticos, que em muito contribuíram para o desenvolvimento do documentário observativo, os diretores conseguem acompanhar e registrar os eventos da campanha:

“Nesse dia [da eleição], os nossos seis personagens foram acompanhados minuto a minuto, desde o momento em que eles saíram de casa até de noite, quando eles já sabiam do resultado. E a diretriz era ficar o máximo de tempo possível, e ver o que acontecia na verdade.”⁶

No documentário observativo, a sensação de que se está diante da realidade é transmitida pela emoção e pelo tom de voz dos personagens, mas também pelas pausas

³ PITKIN, op.cit., P.20

⁴ COMOLLI, Jean-Louis. *Ver e Poder. A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. P.142

⁵ NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. 2ª edição. São Paulo: Papyrus, 2007. P.136

⁶ ESCOREL, Eduardo e JOFFILY, José. *Vocação do Poder*. 2005.

e pelos vazios das cenas. Um exemplo de que como isso acontece está na sequência em que o personagem Felipe Santa Cruz aguarda o início de um debate entre os candidatos, na PUC-Rio.

Em primeiríssimo plano, o espectador se depara com a frustração estampada no rosto do personagem. A seguir, a câmera desloca-se do rosto de Felipe e com uma panorâmica exibe um auditório vazio. Com isso, o espectador é capaz de antecipar o desfecho trágico do evento, que ao final é reforçado pela fala do personagem:

“A gente precisa disso aqui para o tipo de campanha que a gente fez. Aí quando chega na quinta-feira, a três dias da eleição, na PUC, no Direito, e você vê que não deve ter nem 20 pessoas aqui, você sente a pedreira que foi essa campanha.”⁷

Os limites que separam observação e participação acabam sendo demarcados pela atuação dos diretores. Se em dado momento eles rejeitam uma interação direta com os personagens, evitam inclusive serem filmados, em outras circunstâncias a presença deles é visível na tela, além de decisiva para o desenrolar dos acontecimentos.

Para isso, basta comparar duas situações vividas pelo personagem MC Geleia. No dia da eleição, o candidato é filmado em frente à urna eletrônica. O espectador não ouve qualquer comentário, mas pode acompanhar todo o processo, desde o instante em que o personagem digita seu número até a confirmação do voto. Aqui, mais uma vez a câmera assume o papel de testemunha de uma etapa da campanha.

O mesmo não ocorre na cena em que MC Geleia aborda uma eleitora dentro do elevador. Sem o panfleto e incapaz recordar o próprio número da candidatura, o personagem teria perdido a oportunidade de tentar conquistar mais um voto senão fosse pela ajuda de Eduardo Escorel em lembrar-lhe os algarismos 4-3-3-8-4.

Ao contrário do que acontece com a observação, é justamente no modo participativo que os cineastas ficam livres para demonstrar a relação íntima que eles têm com seus temas e personagens. É também a participação que assegura ao espectador tomar conhecimento de fatos que ele não saberia senão fosse a presença da câmera ou do cineasta.

Segundo Joffily, o documentarista deve ficar atento a todos os detalhes: “*Filmar os intervalos. Porque no documentário o que interessa é o momento em que a câmera, em tese, deveria estar desligada.*”⁸. E em se tratando de documentário, a câmera ligada capta não só o imprevisível, mas também o constrangedor e o inacreditável.

Vocação de Poder reúne cenas dessa natureza. Numa delas, o candidato Carlos Caiado visita uma comunidade. O personagem pergunta a um morador como está o andamento das obras, ao que este responde que a instalação da caixa d’água está parada. Para se esquivar da culpa, Caiado afirma que a responsabilidade é da governadora Rosinha Garotinha, já que a Cedae está vinculada ao estado. O que o candidato não esperava é que o morador retrucasse que a Rosinha não tem ligação com o prefeito César Maia, político da mesma bancada de Caiado.

O personagem Antonio Pedro é outro que passa por situação vexatória. O candidato é abordado na rua por dois rapazes enquanto distribui autógrafos para crianças. Os jovens se identificam como colaboradores de uma casa de recuperação para viciados em drogas e oferecem a Antonio Pedro imãs de geladeira para ajudar no tratamento dos pacientes. O candidato lamenta e diz não poder ajudar. Contudo, depois que os rapazes vão embora, ele chama-os de volta para deixar seu número e pedir voto.

⁷ CRUZ, Felipe Santa. In: *Vocação do Poder*. 2005

⁸ JOFFILY, José. *Vocação do Poder*, 2005

A participação também dá ao espectador a ideia do que é para o cineasta estar numa determinada situação que conseqüentemente se altera. Eduardo Scorel enumera alguns dos contratempos que o surpreenderam durante as filmagens:

“Eu acho que as surpresas maiores foram durante o processo de gravação, nesse contato humano com as pessoas, desde o momento em que você sai da sua casa e uma hora depois está diante de um cadáver na mala de um carro. Ou você vai a um lugar gravar, mas você não pode ir a esse lugar porque as condições de segurança não permitem que você vá.”⁹

A noção de representação política em *Vocação do Poder*

Fazer um filme sobre o Rio de Janeiro e que tivesse uma visão sobre a capital. Segundo Scorel, essas eram as pretensões de *Vocação de Poder*, o documentário que acompanha os bastidores da campanha de seis candidatos que disputam pela primeira vez uma vaga na Câmara de Vereadores do Rio.

Ainda assim, a conduta dos personagens ultrapassa os limites de uma eleição municipal. Para Joffily, os candidatos refletem o perfil do político brasileiro: “*A gente escolheu um vereador, e não um senador, e nem um deputado estadual ou um prefeito, porque a gente queria ver como é que era, digamos assim, o ovo da serpente.*”¹⁰

Para tanto, os diretores contaram com a orientação de Karina Kuschnir, autora do livro *Eleições e Representações no Rio de Janeiro*. Durante pesquisa realizada na Câmara, entre 1992 e 1993, Karina pôde identificar três tipos de vereadores que em muito se assemelham aos personagens do documentário: os ‘comunitários’ ou ‘distritais’, os ‘ideológicos’ e aqueles cuja votação está distribuída por zonas eleitorais diferentes.

Tal como o personagem MC Geleia, de Anchieta, os vereadores comunitários ou distritais obtêm seus votos em uma ou duas zonas eleitorais próximas, geralmente Zona Norte e Oeste da cidade. É também o caso de André Luiz Filho que, durante comício, prestigia a região que concentra a maior parte de seus eleitores:

“Uma convenção do porte do PMDB está realizada aqui na Zona Oeste. Zona Oeste dos excluídos, Zona Oeste dos pobres, das minorias, do hiposuficiente. Mas não só dos hiposuficientes, de gente bonita, de gente como André Luiz, um grande líder político. E de Eliana Ribeiro, a segunda vereadora mais votada do Rio.”¹¹

Já os vereadores ‘ideológicos’ têm o eleitorado concentrado na Zona Sul do Rio, no bairro da Tijuca e arredores. O perfil coincide com o do personagem Felipe Santa Cruz que, mesmo tentando transitar por outras regiões, recebe o maior percentual de votos em bairros como Leblon e Gávea.

Além do trânsito em zonas eleitorais diferentes, a notoriedade pode ser um fator decisivo para que o candidato conquiste uma votação equilibrada, uma vez que um nome publicamente conhecido atrai mais eleitores. Notoriedade que também é construída através da associação do candidato a um personagem de destaque da política municipal, estadual ou nacional, como explica Karina:

“O vínculo pode estar relacionado ao partido, afinidade de trabalho ou amizade. No caso de acordos políticos, a aliança inclui a cooperação da estrutura política do aliado que estiverem melhor

⁹ SCOREL, Eduardo. *Vocação do Poder*. 2005

¹⁰ JOFFILY, José. *Vocação do Poder*, 2005

¹¹ FILHO, André Luiz. In: *Vocação do Poder*, 2005

posição (escritórios, assessores, funcionários, influências junto ao Poder Executivo etc) visando conquistar o maior número de votos possível.”¹²

Carlo Caiado é o personagem que melhor se enquadra nessa categoria. Em seu discurso, o candidato faz questão de frisar a parceria com o deputado Eider Dantas e o prefeito César Maia:

“O que acontece hoje na Câmara de Vereadores, eu não estou dizendo todos, mas a maioria deles trabalha em benefício próprio, com centros sociais que, quanto mais pobre é a pessoa, melhor para eles porque essas pessoas ficam dependentes deles. A minha questão é do meu grupo político, que eu gosto de falar, porque eu não sou candidato sozinho. Eu tenho o prefeito César Maia, o deputado Eider Dantas.”¹³

Outro que usufrui de grande capital político é o jovem André Luiz Filho, filho de Eliana Ribeiro, na época deputada estadual e André Luiz, ex- deputado federal cassado em 2005 sob acusação de ter pedido propina ao empresário Carlos Augusto Ramos, para livrá-lo da CPI dos Bingos. Recentemente (junho/2011), André Luiz foi denunciado à Justiça pelo Ministério Público, por envolver-se em fraudes em contratos de locação, e vai responder por estelionato.

Assim como acontece com André Luiz Filho, é sabido que no plano nacional o parentesco é a principal justificativa para o lançamento de uma candidatura. Isso porque já é esperado que um político de âmbito federal ou estadual congregue uma quantidade de eleitores muito superior à média de um parlamentar municipal.

E como não poderia deixar de ser, o perfil dos candidatos influenciam o tipo de campanha feita pelos personagens. O material gráfico, além dos tradicionais ‘santinhos’, inclui folhetos, jornais, pequenas brochuras, placas e outdoors espalhados pelas ruas. Os poucos recursos da campanha de MC Geleia contrasta com o arsenal de brindes como camisetas, bonés, chaveiros etc, que são oferecidos pelos demais personagens.

Contudo, é no tom do discurso que se nota a principal diferença entre eles. Karina revela que a campanha de candidatos ‘comunitários’, como o são André Luiz Filho e MC Geleia, normalmente envolve três características: nomes dos bairros onde costuma obter o maior número de votos, obras do candidato na região e alguns bordões que funcionam como ‘lema’:

“O candidato é aquele que entende os problemas da região, porque ‘vive junto’ e ‘vê no dia a dia o sofrimento da comunidade’. Justamente por isso, as suas ‘obras sociais’ são uma peça-chave da campanha. Muitos candidatos que se elegem com votação concentrada têm um ou mais centros de serviço assistencial à disposição da população local.”¹⁴

Há também aqueles políticos que encaram o mandato como uma obrigação, um dever, sendo este motivado pela ‘pressão’ dos leitores. De modo que, a obrigação de servir ao partido está acima das escolhas individuais. Em outras palavras, a candidatura só tem legitimidade se amparada por uma vontade coletiva. É o discurso do Pastor Ezequiel Teixeira e da candidata Pastora Márcia Teixeira:

“A gente ficar criticando nos púlpitos é muito fácil. Nós queremos verdadeiramente dar nossa parcela e botar a cara para fora. E a pastora Márcia faz parte desse projeto também. (...) Mas a grande

¹² KUSCHNIR, Karina. *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 1999. P.25

¹³ CAIADO, Carlo. In: *Vocação do Poder*, 2005.

¹⁴ KUSCHNIR, op.cit., P.23

virtude dela é que ela não se lançou. Alguém clamando, pessoas clamando pediram que ela fosse representar esse povo, pois viram nela virtudes para isso”¹⁵ (Pastor Ezequiel)

“E a maior luta foi comigo mesma. Eu relutei muito, relutei muito, mas vi a necessidade que eu tinha de me levantar expressando o caráter do Senhor, de Deus na minha vida.”¹⁶ (Pastora Márcia Texeira)

O terceiro grupo de políticos, apontado por Karina, fala mais genericamente em ‘cidade’ e ‘Rio de Janeiro’, e quase sempre inclui palavras de ordem como ‘ética’, ‘honestidade’, ‘justiça’, ‘cidadania’ e ‘trabalho’. No geral, essas campanhas tendem a girar em torno de bandeiras morais, em que o candidato associa seu nome a valores como honestidade e integridade, como o faz Felipe Santa Cruz:

“A gente sabe que o Rio de Janeiro tem uma série de problemas, problemas graves que lidam com a vida da nossa cidade. Problemas esses que motivaram esse grupo que está aqui a apresentar uma candidatura à vereança. (...) Nós vamos continuar crescendo daqui até domingo às 17h quando as urnas fecharem. E aí eu tenho certeza que nós vamos conquistar um mandato de vereador e nós vamos mostrar ao longo de 4 anos que é preciso honrar essa cidade, é possível honrar a Câmara de Vereadores, é possível fazer diferença sendo de esquerda e acreditando no Rio de Janeiro.”

Uma vez eleitos, resta ainda analisar a relação estabelecida entre os representantes e seus eleitores, já que é onde se percebe com mais clareza a discussão que há em torno da noção de representação política. Vínculo, aliás, que o diretor Escorel acredita inexistir:

“Em ‘Vocação do poder’ fica claro que o voto para vereador não costuma ser fruto de um conhecimento efetivo sobre a capacidade do candidato. A conquista do mandato depende do apoio da máquina partidária ou de alguma Igreja, dos votos dados à legenda e de recursos para financiar a campanha. Sendo assim, a tendência é que não se estabelecerá nenhum vínculo efetivo sobre o candidato eleito, os eleitores e a população da cidade em geral.”¹⁷

Novamente, em *Eleições e Representações no Rio de Janeiro*, os parlamentares costumam separar os problemas em duas categorias: de ordem pessoal/material e coletivo/político. Com base nessas demandas, constroem-se relacionamentos de natureza ‘assistencialista’ e ‘ideológica’. Em todo o caso, ambas com conotação pejorativa.

De um lado, um vereador que faz um ‘trabalho comunitário’ pode ser acusado pelos colegas de adotar uma prática assistencialista. Enquanto um vereador ideológico pode ser criticado por ter uma postura distante dos eleitores. Também não há consenso a respeito da maneira como eles enxergam o voto. Para um vereador assistencialista, o voto é uma honra que deve ser retribuída. No outro extremo, um vereador ideológico espera que seus leitores entendam o voto e o trabalho parlamentar como bens políticos.

Para um candidato comunitário, a representação política que está em questão é: cabe ao parlamentar corresponder aos anseios de quem lhe conferiu o mandato. Pouco importa se isso signifique distribuir sacas de cimento ou empregos com carteira assinada. Em tese, é o mesmo pensamento defendido pelos teóricos do mandato. Eles acreditam que as ações dos representantes devem ser compatíveis com as aspirações, os

¹⁵ TEIXEIRA, Ezequiel. In: *Vocação do Poder*, 2005.

¹⁶ TEIXEIRA, Márcia. In: *Vocação do Poder*, 2005.

¹⁷ ESCOREL, Eduardo. *Revista O Globo*. Outubro de 2008.

interesses e os desejos o eleitor. Do contrário, o eleitor não está presente nas ações daqueles que os governam.

Os políticos ideológicos operam com outra noção de representação. Para eles, o representante desfruta de autonomia para tomar as próprias decisões, que na visão do eleitor serão as melhores, uma vez que eles elegeram um candidato com aptidão para exercer o cargo. Posição prevista por Thomas Hobbes, autor de *O Leviatã*. Segundo Hobbes, o representante é um homem que age em nome do outro e que dentro dos limites de sua autoridade é totalmente livre para agir como quiser.

Os teóricos da independência vão pelo mesmo caminho: argumentam que a menos que o representante seja suficientemente independente, de forma que ele aja por si mesmo, seus eleitores não estarão representados, mas apenas presentes na ação. Hanna Pitkin explicita a dualidade da noção de representação:

“De um lado, há os autores que enfatizam o mandato popular dado ao representante por aqueles em favor de quem ele age, sua obrigação de fazer o que se espera dele, de agir como se os próprios representados estivessem agindo. Por outro, há os que sustentam que o representante deve agir independentemente, de acordo com seu próprio julgamento, pois ele é selecionado precisamente por suas habilidades especiais, e sua função é adaptar e ampliar as necessidades isoladas e especiais de seus leitores, em favor da prosperidade nacional.”¹⁸ (p.19)

Para um político ideológico, talvez, o termo *Accountability* seja o mais aplicável. Ou seja: prestar contas do que faz, por que faz, como faz. Todavia, o conceito não explicita as diretrizes que devem guiar a conduta do representante. Mas está de acordo com a opinião de Escorel:

“Apesar do acesso privilegiado que tivemos a essas campanhas há quatro anos, depois que os dois eleitos assumiram seus mandatos não tivemos informações sobre a atuação deles na Câmara. Ignoramos como conduziram e se um deles de fato mereceu, agora, novo mandato.”¹⁹

A terceira noção de representação une as duas anteriores: o político deve satisfação de seus atos e precisa também atender as expectativas dos eleitores. A palavra representação como equivalente à reprodução. Portanto, não existe distinção entre mandante e mandatário, como esclarece Hanna:

“Pode-se, por exemplo, pensar em representação, não no sentido de agir por outras pessoas, mas no sentido de responder por alguma coisa que está ausente. (...) Se a representação política deve ser compreendida nos moldes, por assim dizer, da arte de representação, então, ao que parece, ela pressupõe uma semelhança descritiva entre representantes e aqueles em nome dos quais eles respondem.” (p.15)

Conclusões

Apesar de os primeiros filmes documentais datarem apenas final do século XIX, o estudo etimológico da palavra representação mostra como o termo está associado à imagem e à condição de estar no lugar de. Ao mesmo tempo, os significados que a palavra foi incorporando ao longo dos séculos abriram espaço para que o cinema documental pudesse ser pensado como uma representação da realidade.

¹⁸ PITKIN, Hanna. *Representation*. Atherton Press, New York, 1969, PP.1-21.

¹⁹ ESCOREL, Eduardo. *Revista O Globo*. Outubro de 2008.

Mas a realidade, como teoriza Bill Nichols, pode ser captada de modos diferentes. Em *Vocação do Poder*, Escorel e Joffily optaram por fazê-lo através da observação e da participação. A escolha dos modos, sem dúvida, foi decisiva para o tipo de representação a que os diretores pretendiam chegar. Para eles, não há possibilidade de um candidato conquistar um mandato sem que para isso desfrute do apoio de alguma máquina partidária.

O que obrigou, de certo, modo a rever a noção de representação política inerente ao sistema político brasileiro. As eleições no Rio de Janeiro rompem com o paradigma de que o representante político atua em nome do mandatário. A constatação até certo ponto paradoxal confirma os estudos de Hanna Pitkin, e deixa claro que a representação é um fenômeno cultural, político e humano e que, portanto, comporta outras mediações.

Referências

1. BARNOUW, Erick. *Documentary: a history of the non-fiction film*. 2nd Edition. New York: Oxford University Press, 1993.
2. COMOLLI, Jean-Louis. *Ver e Poder. A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. P.142
3. DA-RIN, Silvio. *Espelho Partido: tradição e transformação do documentário*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2006.
4. ESCOREL, Eduardo. In: *Revista O Globo*, Outubro de 2008.
5. ESCOREL, Eduardo e JOFFILY, José. *Vocação do Poder*, 2005.
6. KUSCHNIR, Karina. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
7. NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. 2^a edição. São Paulo: Papyrus, 2007. P.136
8. _____. *Representing Reality: issues and Concepts in Documentary*. USA: Indiana University Press, 1991.
9. PITKIN, Hanna Fenichel. *Representação: palavras, instituições e ideias*. São Paulo: Lua Nova, 2006.
10. _____. PITKIN, Hanna. *Representation*. Atherton Press, New York, 1969, PP.1-21.